



pensarRe Portugal
Mateus 29, 30 de Abril e 1 de Maio

Textos publicados no Suplemento P2 do Jornal Público 24 de Maio 2011

PEQUENO GUIA PARA REPENSAR PORTUGAL

Jorge Vasconcelos

Na primeira década do século 21 Portugal registou alguns importantes progressos no domínio social. No entanto, a ausência de crescimento económico verificada no mesmo período, não só conduziu ao desequilíbrio das contas públicas, amplificado pela crise financeira mundial do fim da década, como põe em causa a sustentabilidade das políticas sociais, da saúde à educação.

Portugal precisa de retomar urgentemente uma trajectória de crescimento e de aproximação ao ritmo de desenvolvimento dos seus parceiros da União Europeia. As receitas do passado não são necessariamente aplicáveis neste novo século, por várias razões, tais como:

- A profunda alteração dos processos de produção de bens e serviços, de informação e de saber, ditada em grande parte pelas revoluções tecnológicas da informática e das comunicações electrónicas.
- A crescente interdependência entre a economia e o ambiente, internalizando custos ambientais na actividade económica e aplicando mecanismos de mercado à resolução de problemas ambientais.
- A alteração dos padrões de comércio e de circulação de capitais, resultado do aparecimento de novas potências regionais e mundiais numa nova era de globalização.

Importa, portanto, encontrar novas vias de crescimento económico que garantam a sustentabilidade do país (entendida em sentido lato e não puramente orçamental). Importa “Repensar Portugal”, reconhecendo simultaneamente a existência de um importante património cultural que nos condiciona e inspira, de um presente carregado de incertezas e de uma liberdade

que precisa de ser traduzida responsabilmente, politicamente, também através de políticas públicas adequadas. Importa, finalmente, compreender que crescimento cultural e crescimento democrático são pilares indispensáveis do crescimento económico.

Não existem soluções políticas perfeitas, cientificamente provadas, inequívocas: as escolhas que os Portugueses fizerem serão sempre o resultado de uma combinação complexa de informação (incompleta), de preferências (individuais), de circunstâncias (conjunturais), de valores e aspirações (colectivas) que traduzem uma certa interpretação da História e da colocação de Portugal na Europa e no mundo. As escolhas que se fizerem serão sempre discutíveis e serão sempre o resultado de um equilíbrio difícil entre critérios objectivos e conscientes, por um lado, e motivações subjectivas, por outro lado.

A gravidade da actual crise e a urgência de resolver o problema da dívida pública não devem ser pretexto para a adopção precipitada de políticas sectoriais mais ou menos voluntaristas. Importa que os partidos políticos e as instituições tenham a humildade de reconhecer que a) a complexidade dos problemas que enfrentamos e do contexto internacional em que esses problemas se colocam são formidáveis; b) aquilo que propõem aos Portugueses são apenas propostas opináveis de soluções falíveis para serem discutidas na praça pública e não verdades absolutas para serem plebiscitadas nas urnas.

Portugal precisa de adoptar rapidamente soluções adequadas aos problemas que enfrenta, em particular no que respeita ao estímulo do crescimento económico, à correcção das desigualdades sociais, à eficiência da administração pública, à qualificação através da escola e da universidade, sendo que esta não pode realmente existir sem uma sociedade civil que se alimente de cultura e aposte na cultura.

Respostas erradas ou respostas adequadas mas tardias terão custos insuportáveis. Há, ainda, um outro risco: o de incorrer em custos igualmente insuportáveis por se adoptarem respostas certas a questões erradas. Com efeito, a tentação de apresentar aos eleitores propostas simples (facilmente compreensíveis), agradáveis (que não impliquem, pelo menos aparentemente, prejuízo) e fortes (traduzíveis em “*slogans*” motivadores e agregadores, mais ou menos demagógicos) é naturalmente elevada e pode conduzir à adopção de soluções pouco rigorosas, pouco coerentes e pouco adequadas à natureza real dos problemas.

Antes de discutir as respostas/propostas que nos oferecem importa, assim, verificar a razoabilidade das questões/problemas que são, explícita ou implicitamente, apresentadas como sendo prioritárias, essenciais. É esse o objectivo deste conjunto de textos a que chamamos “Pequeno Guia para Repensar Portugal”: ajudar a identificar algumas questões essenciais, a contextualizá-las correctamente e a relacioná-las claramente.

Este conjunto de textos é o resultado de um debate de dois dias organizado pelo Instituto Internacional Casa de Mateus no final de Abril. Quatro dezenas de pessoas encontraram-se aí para repensar Portugal “de fora para dentro”, com a ajuda de alguns estrangeiros conhecedores de Portugal e de alguns portugueses que vivem no estrangeiro. Os textos aqui publicados, embora incorporem o contributo e a reflexão dos restantes participantes, comprometem apenas os seus autores.

Porque nos pareceu que esse debate foi extremamente enriquecedor e útil entendemos partilhá-lo desta forma. Esperamos poder contribuir assim para que tenha lugar na sociedade portuguesa uma discussão focada nas questões essenciais que facilite a colaboração de todos na produção das soluções e dos consensos necessários, no respeito da diversidade de opiniões.

Lisboa, 20 Maio 2011

1ª Sessão : Portugal e os Portugueses – perspectivas do séc. XXI

Nós, o outro, o tamanho e a oportunidade

José Gil

Quatro ideias novas pareceram comuns aos participantes neste painel, no qual incluo a apresentação feita por António Barreto.

Primeira ideia: andamos à procura do nosso tamanho, do tamanho de Portugal. Há uma necessidade de ver, avaliar, prever e propor iniciativas – como visões a partir de um tamanho que deve ser o mais adequado à nossa relação com o nosso país.

O tamanho de Portugal é fundamental para a governação futura, para a relação entre cidadãos e Estado. Até aqui não se teve em conta, por si mesmo, o tamanho. Ou Portugal foi miticamente valorizado, engrandecido para além do seu tamanho, ou constantemente diminuído e desvalorizado, na linguagem comum.

Do ponto de vista sociológico, o tamanho de Portugal é muito específico. É pequenino, não é sequer um país médio, o que implica uma especificidade muito grande, por exemplo, na formação de redes de promiscuidade entre vários domínios da vida sócio-política. É um país que, ao mesmo tempo, não é uma família e é mais do que uma família, mas é pequeno como país. Isso vai ter implicações na corrupção, na importância das conivências em múltiplos planos do poder.

O tamanho é importante. Não é uma qualquer medida, é uma medida adequada às nossas possibilidades e desejos que podem ser realizados. Mas o tamanho nunca se fixou e anda sempre a variar de forma fantasmática.

Qual é o tamanho do nosso país? Abre possíveis ou impõe limites? Esse tamanho vai ter um efeito nos nossos planos objectivos, na nossa vida a qualquer nível, na justiça, educação. Na nossa cabeça, é um tamanho ao mesmo tempo geográfico e dependente de uma estrutura geográfica. É bom que um certo tamanho seja um bem comum.

Segunda novidade: Portugal pensa-se a si próprio em relação com o outro, já não isolado.

Ao nível efectivo do isolamento de Portugal sucede-se uma concomitante necessidade de o abrir. Abriu-se para África, Brasil, para os PALOP, para o sul, para o Atlântico. Fala-se também do iberismo de Portugal. Há um fundo geográfico, quase vocacional, do nosso futuro. Há uma insistência na necessidade de se ter em conta, na relação com os outros países, outros espaços, uma outra geografia planetária, outras zonas de política económica e outras culturas.

Não se pode falar de futuro sem se falar na nossa relação com os outros países. A nossa relação é com o outro, não estamos sós. Porque não falamos ou porque insistimos em falar apenas dos nossos problemas, da nossa identidade, fechamo-nos provocando um fechamento real do país. Insiste-se hoje, de forma surpreendente, na ideia de que o pensamento sobre Portugal tem de deixar de o considerar um país isolado. Estando subentendido que é urgente salvar o país, como disse Eduardo Lourenço, “a barca Europa não deixará Portugal afundar-se”. Na linha de um pensamento paradoxal que é o seu, Eduardo Lourenço também diz que a Europa nunca existiu...

É um sinal novo que surge, sinal de uma realidade que se anuncia. Vamo-nos integrar não só na Europa mas no mundo. Fukushima não nos atinge fisicamente através das nuvens, atinge-nos porque está a fazer estragos e ameaça populações nos antípodas. Se não fosse o perigo atmosférico, seria simples: era o tal isolamento. Pela primeira vez, fala-se constantemente num Portugal em relação com o outro, paradoxalmente já realizada e ainda por estabelecer.

Terceira ideia nova: temos de arranjar maneira - com o nosso tamanho e a nossa relação com os outros -, de retomarmos uma relação de soberania com o nosso país. Quando se fala em salvar Portugal ou quando essa ideia está subentendida, está-se a querer, no fundo e na superfície, revalorizar de um certo modo consistente e realista o nosso país e a nossa relação com ele, não se sabendo como. Do ponto de vista da história, Filipe Ribeiro Menezes fala num legado – coisa obscura, segundo ele -, por isso devemos pensar em reinventar Portugal, porque fomos um grande país. Está subentendido que essa ideia é difícil, “funda”, mas é verdade que ele redu-la a coisas triviais como o bom nome e o amor próprio. É ainda uma intuição.

Porque destruímos muitas narrativas, já não sabemos, a vários níveis, qual a nossa relação com o nosso país. É uma relação que se torna visível “de vez em quando”: quando Portugal aparece no palco internacional em lugares de primeiro plano, quando recebe o prémio Nobel, quando ganha os primeiros lugares no futebol. Mas isso é equívoco, é a imagem que queremos ter de nós reflectida pelos outros, e o que está em jogo é a nossa relação com o nosso país. O facto de nos sentirmos orgulhosos por ter o segundo Nobel da arquitectura, português, fundamenta-se em quê? Em que relação afectiva, profunda com a nossa terra? Não se vê a articulação.

Quarta ideia: vivemos a oportunidade de uma transformação radical, única.

Há um sentido trágico na ideia de uma oportunidade única para operar uma mudança radical. Trata-se de uma ideia sempre presente nos painéis de discussão.

Não estamos a resolver um problema sectorial, financeiro, económico do país. Estamos a querer mudar Portugal. Uma mudança em todos os aspectos. Os modelos apresentados falaram de mudança do regime político, do regime partidário. Os partidos têm de mudar, as leis da democracia que regulam a cidadania também. A mudança é civicamente total e deriva da mudança das mentalidades.

Esta ideia é terrível porque é quase impossível, mas é extraordinário ver como as pessoas que pensam muito sobre o assunto, pensam sempre em termos gerais – mudar a nossa atitude. Esta ideia de mudança radical é muito importante, não é uma ideia de reforma, de reformeta. João Cravinho fala em “revolução”, numa reforma total do sistema jurídico, administrativo, político para acabar com a corrupção e salvar o país da bancarrota.

Não se trata só de salvar o que há de bom e que é sectorial ou às vezes muito mais do que isso – o Serviço Nacional de Saúde é dado como exemplo de um bom sistema, até surpreendentemente bom num país pequeno como Portugal. Isso não chega, é tudo o resto.

De que momento se fala? Deste momento, de agora, vivido talvez inconscientemente, de uma ameaça radical. É a ameaça do afundamento que está no pensamento de Eduardo Lourenço.

Desaparecermos enquanto povo, enquanto língua, é uma ideia escandalosa. É verdade que já desapareceram muitos povos. No nosso caso, é uma ameaça subterrânea e de superfície, que paira a dois níveis, pois atinge também a nossa soberania e independência nacional.

(Depoimento recolhido por Lurdes Ferreira)

**2ª sessão : O papel de Portugal na construção da nova ordem política e financeira internacional,
em particular na União Europeia**

Que Europa para Portugal e que Portugal na Europa

Miguel Poiares Maduro

Portugal e a Europa: antes e hoje

Portugal atravessa hoje o período de maior cepticismo em relação à Europa. Por um lado, o país sente que a solução da atual crise passa necessariamente pela União Europeia. Não que ela dependa apenas ou até primordialmente da Europa mas sim que não poderá fazer-se fora de um quadro negocial determinado pela União. Mesmo que, como sustentam alguns, uma renegociação da dívida venha a ser parte da resposta, esta só será viável se acordada com e apoiada pela União Europeia. Por outro lado, o país sente que pouco tem a dizer na formulação da resposta europeia e, até, que essa resposta é prioritariamente determinada por outros interesses que não os seus. Não importa

aqui apurar até que ponto isso é ou não verdade. O que é relevante, neste contexto, é reconhecer que a popularidade da integração europeia já conheceu melhores dias em Portugal. Os portugueses acham, não apenas que pouco mandam na Europa mas que é a Europa que manda neles. E já não vêm a Europa como uma fonte de benefícios mas, crescentemente, como a origem dos sacrifícios que lhes serão impostos.

A legitimidade social do processo de integração europeia assentou, em Portugal, numa espécie de contrato tácito em que aceitámos a abertura dos nossos mercados em troca do acesso aos fundos estruturais. Os desafios que a integração económica (nos colocava nunca foram vistos como uma oportunidade para nos reformarmos mas sim como um custo a pagar pelo acesso aos fundos. Em Portugal nunca se discutiu como podemos ser competitivos na Europa mas sim o que podemos obter da Europa. E fomos sempre muito modestos nos nossos contributos para construir uma União Europeia mais próxima dos nossos interesses, estando sobretudo preocupados em tirar apenas partido da União Europeia construída pelos outros. Este complexo de inferioridade assumiu uma forma quase provinciana nas negociações que culminaram com o Tratado de Lisboa: o país parecia mais preocupado em ter um Tratado “de Lisboa” do que com o conteúdo desse Tratado.

A atual crise pode afetar seriamente a legitimidade e apoio social ao processo de integração europeia mas também pode permitir libertar-nos do complexo de inferioridade que tem dominado a nossa participação no processo de integração e, sobretudo, adotar uma visão mais completa, realista e assertiva da nossa presença na União Europeia. Para isso é fundamental sermos mais pró-ativos na União e alterar o paradigma que tem dominado a nossa perceção dos custos e benefícios da integração. A nossa política europeia deve juntar duas dimensões estratégicas até agora largamente ignoradas: que Europa para Portugal e que Portugal na Europa. A primeira exige pensar qual o modelo de integração que mais favorece o país e como podemos agir para o promover. A segunda exige pensar o país em termos das vantagens competitivas que podemos ter ou adquirir no contexto da União Europeia. Vou abordar estas duas dimensões de forma telegráfica pois este texto não permite mais.

Que Europa para Portugal?

As consequências institucionais do Tratado de Lisboa não são boas para Portugal: reforço do poder dos grandes Estados através e do pilar intergovernamental. Neste contexto, uma prioridade da política portuguesa deve ser, seguramente, a de proteger a posição da Comissão, de forma a

impedir o domínio do sistema pelo Conselho. Ao mesmo tempo, Portugal deve tentar influenciar o processo de decisão nos seus estádios preliminares, carreando massa crítica para o mesmo e adoptando uma posição muito mais ativa. Portugal será mais eficaz quanto mais conseguir moldar a agenda e discurso sobre certas matérias em vez de simplesmente reagir no Conselho às propostas dos outros.

O desafio, no entanto, é mais profundo e coloca-se a toda a Europa. A Europa não está a conseguir reagir a crise e o problema é, em primeiro lugar, político e não económico. A forma de legitimação do processo de integração europeia através dos benefícios que confere está em crise. Agora, a questão que a União tem de responder é como se repartem os seus sacrifícios?

Isto exige uma União em que a redistribuição é assumida como elemento fundamental da sua lógica de funcionamento e não apenas como uma compensação pela participação no processo. O fundamental é mudar o discurso sobre a União e essa deve ser a prioridade portuguesa. A oportunidade existe e será a discussão relativa as próximas perspectivas financeiras. Não devemos, no entanto, como até agora limitarmo-nos a discutir mais tarde a definição dos fundos. Devemos promover uma nova narrativa sobre o processo de integração. As futuras perspectivas financeiras e possíveis reformas das políticas europeias devem ser guiadas pela necessidade crescente de assumir com clareza formas de redistribuição e critérios de justiça distributiva na União Europeia. Politicamente a forma de conseguir isto passa por duas mudanças de paradigma.

Quanto às políticas, devem ser construídas com base nos direitos de cidadãos e não na repartição de vantagens e custos entre Estados. Quanto mais universais e menos intergovernamentais forem as políticas mais difícil será desenhá-las à luz do interesse de apenas alguns Estados e mais fácil será a promoção de mecanismos de identificação solidária entre cidadãos dos diferentes Estados.

Quanto às perspectivas financeiras, a primeira prioridade deve ser libertar os recursos europeus da sua dependência dos Estados Membros. É fundamental mudar a lógica de financiamento da União para passar a depender sobretudo de recursos próprios. Isto evitará os constantes bloqueios orçamentais impostos por alguns Estados e permitirá abandonar a ideia de que a União redistribui a riqueza de uns Estados para outros Estados, para passar a ser uma União que redistribui a riqueza que ela própria cria. A forma mais simples de promover esta mudança de paradigma é associar os recursos próprios da União a fontes de receita relacionadas com atividades que só a União torna possíveis.

Que Portugal para a Europa?

Isto diz já muito da forma como o país deve conceber a sua participação na Europa. Com a redução do nosso poder formal é ainda mais importante procurar participar a montante, na composição da massa crítica de ideias que determina a estrutura dessa política. Em segundo lugar, temos de ter consciência de que em muitas das políticas europeias já não existe “um” interesse nacional. Existem antes diferentes posições nacionais sobre qual a melhor opção política numa determinada matéria. Nestes domínios a defesa do interesse nacional assume duas características principais. Em primeiro lugar, maximizando (como já foi referido) o acesso e formas de participação da nossa sociedade civil diretamente nos processos de decisão europeus. A função do Estado é nesta matéria a promoção do acesso direto dos seus cidadãos à democracia europeia. Em segundo lugar, esta nova conceção da política europeia, simultaneamente, permite e exige ao Estado ser muito criterioso na identificação dos verdadeiros interesses nacionais em causa no processo de integração europeia. Estes parecem-me poder ser de três tipos:

- **Sistémicos:** dizem respeito ao próprio modelo estrutural da União Europeia, desde o equilíbrio de poderes no processo de decisão ao governo do Euro.
- **Redistributivos:** dizem respeito às políticas com carácter diretamente redistributivo entre os Estados, em particular os fundos estruturais ou, por exemplo, a distribuição de quotas no domínio da PAC ou PESC.
- **Interesses relativos à posição competitiva do Estado no contexto da UE.** As opções políticas adotadas pela União quanto à forma de regulação de diferentes setores afetam a posição competitiva de Portugal (e dos nossos operadores) económicos nesses setores. Em princípio, quanto maior a diferença entre o modelo europeu de regulação de uma determinada atividade e o modelo tradicional português nessa mesma área, maiores os nossos custos de ajustamento e perda de competitividade. No entanto, é importante ter em conta que nem sempre assim será. Nalguns domínios a adopção de um novo modelo regulador imposta pela Europa pode, não apenas permitir aceder a novos mercados, como, também, constituir uma oportunidade de renovação desse setor. De novo, a antecipação e juízo político apropriado sobre estas questões é fundamental.

Portugal deve assim identificar quais são as suas vantagens competitivas no contexto da União Europeia e, em particular, do mercado interno. Mas deve também antever as alterações no

contexto legislativo e económico da União de forma a identificar e promover novas vantagens competitivas.

Trata-se de um processo bidirecional de definição das nossas políticas e vantagens competitivas: devemos procurar moldar as prioridades legislativas e de investimento da União às nossas políticas e definir estas políticas em função das prioridades da União. O exemplo que irei dar será, para muitos, surpreendente (e controverso!). Uma das áreas prioritárias para promoção do investimento estrangeiro e comércio externo em Portugal deveria ser... o ensino superior! Poucos concebem o ensino superior como uma área com grande potencial económico em si mesma e, menos ainda, do ponto de vista das exportações de serviços. No entanto, a Organização Mundial do Comércio, e outras organizações internacionais, identificam o ensino superior como uma das atividades económicas com mais potencial de crescimento e relevância futura para o comércio externo de serviços. Esse crescimento tem sido já notável nos últimos anos. Estima-se que em meados da última década o valor das exportações de serviços de ensino superior atingisse já, aproximadamente, 45 mil milhões de euros. Os principais exportadores beneficiando desta atividade têm sido os países que mais oferecem estudos em inglês, em particular os Estados Unidos e depois o Reino Unido e Austrália. Mas começam a surgir na Ásia (Singapura) e no mundo árabe (Qatar) países que funcionam como *hubs*, acolhendo universidades estrangeiras direcionadas para receber alunos dessas regiões.

Há três razões principais para o ensino superior ser visto, neste contexto, como uma boa aposta estratégia de Portugal no âmbito da União Europeia e para captação de investimento externo (por outras palavras, acolhimento de universidades estrangeiras).

1. O potencial de mobilidade na União Europeia é enorme. Esse potencial está já a ser despertado pela “harmonização” informal dos graus de ensino superior operada pela declaração de Bolonha. O número de estudantes de um Estado que a noutro Estado Membro (fora dos programas de intercâmbios) tem aumentado consideravelmente todos os anos. Isso reflete-se no aumento de cursos oferecidos pelas universidades dirigidos a estudantes de toda a Europa e já não apenas a nacionais. Este aparecimento de um mercado europeu da educação está também relacionado com objetivo de uma maior mobilidade no espaço europeu, definido como prioritário no quadro das reformas consideradas fundamentais ao bom funcionamento da zona euro. Neste sentido, está em preparação um

programa legislativo de aprofundamento e simplificação do reconhecimento de qualificações profissionais e diplomas. Portugal deve antecipar este novo quadro legislativo e concorrencial na definição de uma nova política para o seu ensino superior no quadro de um mercado europeu de ensino superior.

2. A isto acresce que as áreas da educação, investigação e inovação são apontadas como principais prioridades no quadro das novas perspetivas financeiras. Também aqui, uma aposta política estratégica no ensino superior maximizaria a nossa possibilidade de tirar ainda mais partido dos futuros fundos.
3. Este mercado europeu do ensino superior é, em larga medida, um mercado novo. Por razões várias (culturais e, sobretudo, corporativas) os sistemas de ensino superior são na Europa profundamente fechados e virados para dentro (as exceções são o Reino Unido e a Holanda). Neste contexto, existe uma janela de oportunidade única para os Estados que conseguirem antecipar o aparecimento deste mercado, abrirem o seu espaço ao acolhimento de universidades com estratégias internacionais e oferecerem serviços de ensino superior dirigidos a toda a Europa e fora dela.

Esta aposta teria uma vantagem adicional: seria a forma mais rápida de aumentar a qualificação dos nossos recursos humanos. Neste sentido, uma aposta num ensino superior internacional, para além do seu valor enquanto atividade exportadora de serviços tem um enorme potencial sistémico positivo para o Estado de acolhimento. Vários estudos demonstram uma clara associação entre a internacionalização do ensino superior e o crescimento económico dos Estados.

Imagino que tratar o ensino como atividade económica ou pensar num ensino superior aberto a universidades estrangeiras será, seguramente, objeto de alguma reacções negativas. Espero que isso não impeça a discussão sobre os méritos desta proposta. O que o país mais precisa, neste momento, é de arriscar pensar diferente. A começar pela nossa forma de pensar em Portugal na Europa. Não apenas como utilizador dos seus fundos estruturais mas como ator estratégico em busca de vantagens competitivas no seu seio.

3ª sessão : Sustentabilidade portuguesa: económica, financeira, ambiental, social

Sustentabilidade económica portuguesa

Ricardo Reis

A economia portuguesa atravessa hoje um dos piores momentos do último século. O crescimento económico na última década não foi apenas mau; foi mesmo péssimo. Entre 2000 e 2010, a economia portuguesa cresceu sensivelmente o mesmo que os EUA entre 1929 e 1939, a "Grande Depressão", e o mesmo que o Japão entre 1992 e 2002, a "Década Perdida". Ainda ninguém sugeriu um bom nome para a primeira década do século XXI em Portugal, mas é fácil adivinhar que se vão escrever muitos livros sobre esta fase negra na história económica do país.

As falhas de memória a que todos somos propícios levam a que por vezes se estenda a desilusão com a última década a todo o período pós 25 de Abril. Isso é um erro. Portugal progrediu imenso desde a revolução dos cravos e em todos os domínios, desde as infra-estruturas à educação. Três áreas de progresso indiscutível desde 1974 são, primeiro, o aumento dos salários, segundo, a criação de um sistema de protecção social que inclui o subsídio de desemprego e a legislação dos despedimentos, e terceiro, os progressos na saúde e na segurança social.

No entanto, serão estes três progressos sustentáveis? Esperemos que sim, mas existem razões para estar apreensivo. Começando com os salários, na última década os salários portugueses subiram mais de 20% acima da taxa de crescimento da nossa produtividade. Podemos discordar se os salários em Portugal são altos ou baixos, se merecemos mais ou menos, ou se esta subida de salários é a causa ou antes uma das muitas consequências da crise. Mas é quase inevitável que, nos próximos anos, uma grande parte deste fosso entre produtividade e salários tenham de desaparecer. Seria ideal que este ajustamento acontecesse através de um aumento da produtividade, mas os sinais de que isso seja possível são ténues. Há por isso razões para recear um declínio acentuado dos salários em Portugal.

A protecção social no mercado de trabalho enfrenta um desafio semelhante. Mesmo se tomarmos a perspectiva de que a nossa falta de produtividade é culpa das empresas e não dos trabalhadores, pelo que urgem reformas na concorrência e no mercado de bens e serviços, é difícil dissociar essas reformas de alterações na legislação laboral. Olhando para a falta de produtividade das empresas

portuguesas, e comparando-as com empresas noutros países, ou mesmo com as multinacionais a operar em Portugal, descobrimos que o grande problema está na fraca gestão de recursos humanos. Em muitas empresas em Portugal, não se promovem os mais produtivos, não se despede quem está a mais, e não se sobrepõe a competência acima da antiguidade. Antes, "não se levantam ondas," "vai-se para a prateleira" e "espera-se a sua vez". Em parte, o problema talvez esteja na incompetência dos gestores. Mas outra parte está decerto também nos entraves que o código laboral coloca a uma empresa que queira recompensar o mérito.

Olhando agora para a saúde, este foi um dos maiores sucessos do pós 25 de Abril. Portugal alcançou em poucas décadas níveis muito baixos de mortalidade infantil e níveis muito altos de esperança de vida. Todos os portugueses têm acesso a cuidados de saúde satisfatórios e os custos do sistema estão perto da média europeia. No entanto, o desafio dos anos 70, 80 e 90 foi conseguir aumentar a quantidade de serviços de uma forma justa e eficiente, de forma a estender a cobertura médica a toda a população. O desafio da próxima década será antes racionalizar os serviços de forma a controlar o crescimento galopante dos custos. É um problema novo para o nosso sistema, e a nossa capacidade de o ultrapassar é incerta.

Chegamos por fim ao sucesso do sistema de pensões. Todos os portugueses têm hoje direito a uma reforma que, por muito pequena que pareça, evita a pobreza para muitos idosos e está bem acima do que eles contribuíram para o sistema. O envelhecimento da população tem colocado a sustentabilidade da Segurança Social em causa por todo o mundo, mas existe hoje um consenso acerca da solução para o problema. Aumentos na idade de reforma, mantendo-a em linha com a esperança média de vida, e alguns cortes na generosidade das pensões, colocando-a em linha com as contribuições recebidas, bastam para garantir o futuro do sistema. Portugal foi aliás um dos pioneiros na aplicação destas medidas há poucos anos, e a nossa reforma tem sido um modelo gradualmente imitado por muitos outros países.

Apesar de a receita ser conhecida, e de sermos pioneiros na sua aplicação, existem duas razões para também aqui estarmos apreensivos. A primeira foi lembrada há poucos dias pelo governador do Banco de Portugal: os portugueses poupam muito pouco. A maioria das pessoas chega à idade da reforma sem quaisquer poupanças privadas e tendo a sua habitação como única riqueza. Por isso, mesmo cortes modestos nas pensões da Segurança Social têm um impacto profundo no bem-estar. A segunda preocupação é que o aumento da idade de reforma só tem efeito se a população activa

do país estiver disposta a trabalhar em Portugal para sustentar os reformados no presente. No entanto, nos últimos anos, já são centenas de milhares os portugueses que abandonaram Portugal em busca de emprego no estrangeiro. As perspectivas para os próximos dois anos de, por um lado, uma economia portuguesa que cria poucos empregos e, por outro lado, um aumento de impostos para pagar a desgovernança das finanças públicas, irão provavelmente acelerar ainda mais este fluxo migratório. Com tantos portugueses dispostos a deixar Portugal para trás, não será possível pagar as dívidas que acumulamos. Sobretudo, não será sustentável pagar a maior dessas dívidas, as promessas do sistema de Segurança social para com os nossos idosos.

Os desafios enumerados acima são suficientes para pôr em causa a sustentabilidade da nossa economia e modo de viver. Os sucessos do pós-25 de Abril já não chegam, e a tragédia da última década mostra que esperar que as coisas melhorem por si não é solução. Portugal chega a 2011 com uma necessidade urgente: mudar. Temos de re-pensar o que queremos da nossa sociedade e da nossa economia.

4ª Sessão : Inovação e criatividade: o *made in* Portugal nos circuitos internacionais
da cultura, da arte e da indústria

Somos sempre embaixadores de qualquer coisa que nos ultrapassa

Teresa Albuquerque

O último painel incidiu sobre cultura e inovação. Foram apontadas algumas limitações estruturais que tornam o país pouco receptivo à criatividade, tanto no campo das artes como das empresas. Existe uma relação com o sucesso que não privilegia o risco e a inovação, ser empreendedor não é uma actividade social ou culturalmente incentivada.

No sector cultural sobressai a indefinição das políticas e a tentação de instrumentalização de uma actividade cujas produções não têm função de uso : a arte começa onde a função de uso acaba. O que não quer dizer que não tenha valor ou utilidade, simplesmente não se resume essencialmente a isso. Tão pouco a nacionalidade importa : a arte é boa ou má, mesmo se o artista não escapa às

contingências e à influência do local onde cresceu, ou trabalha. O que importa antes do mais é a circulação, sobretudo de fora para dentro.

Existem casos de sucesso no circuitos internacionais de difusão cultural que tornam o país “interessante” à escala global. As maiores limitações são internas. Destacaram-se 4: 1) o meio cultural português é muito fechado. Há relutância em reconhecer o mérito muitas vezes pelos próprios profissionais do meio 2) o esforço financeiro do estado é reduzido. Concursos públicos e cadernos de encargos são instrumentos raramente usados para gerir a atribuição de recursos públicos. Os responsáveis não são escolhidos pelos seus projectos. Falta uma política pública consistente de compras 3) Não há articulação entre a política cultural e o mercado. Não se aproveitam oportunidades numa perspectiva comercial que poderiam contribuir para a sustentabilidade do sector. 4) Há que romper com a visão tradicional de exportação : os programas de internacionalização resultam fundamentalmente na exportação de artistas para outros locais onde acabam por se fixar. Deve-se pensar antes em intercâmbio.

Se no campo das artes a questão da nacionalidade é um critério pouco pertinente na óptica das políticas e das práticas culturais, o termo cultura designa também o conjunto das qualidades e defeitos que permitem que um povo se reconheça a si próprio e sobretudo se distinga dos outros. A cultura, nesta acepção, é o primeiro e o último reduto da soberania e é absolutamente transversal a todas as actividades: um elemento qualitativo que numa economia do imaterial se pode traduzir em valor acrescentado. Alguns países perceberam bem o valor “marca” (marcante?) da (sua) cultura. A cultura é, em todo o caso, um repositório importante para a inovação e para potenciar a projecção à escala global de qualquer empreendimento.

Mas se uma cultura é essencial a, e num, País, a cultura específica de um País é também importante para os outros países. Sobretudo para aqueles com os quais se relaciona de forma mais imediata, no nosso caso a Espanha, a Europa, o mundo lusófono... Nenhum destes conjuntos de povos existiria como é sem o *apport* cultural deste pequeno povo aparentemente periférico. A inversa também é verdadeira, claro, mas o que importa quando se tenta repensar Portugal é perceber o que é que, a partir do que se é, se pode trazer aos outros. E mesmo o que é que de *único* se pode trazer aos outros.

Ao contrário de Portugal a UE está a crescer mas enfrenta uma crise identitária tão grave e de consequências potencialmente tão catastróficas como as dificuldades que nos submergem. A

Europa precisa de países que percebam que fazem parte de uma realidade histórica comum e que nenhum deles faz sentido sem os outros. Quando o padre Luís de Fróis escreveu, em 1585, o “Tratado das contradições e diferenças de costumes entre a Europa e o Japão”, não utilizou a palavra a “Portugal” mas “Europa” para designar a entidade civilizacional e cultural em que se inseria. Nessa altura Portugal estava na vanguarda europeia e muito contribuiu para expansão da cultura ocidental. Ao longo da história, vista de fora, a Europa foi Grega, Romana, Moura, Otomana, foi Portugal, Espanha, Holanda, França, Inglaterra, foi Áustria-Húngara, Alemã... Só de dentro é que a Europa se sente dividida. Jean Monnet terá dito “se tivesse de refazer começava pela cultura”, de facto uma visão política sem uma visão cultural é conflagrantemente pobre, é talvez até uma contradição nos termos. Em consequência a Europa foi-se construindo, discretamente, com base numa espécie de neutralidade repleta de equívocos. O resultado é uma Europa quase afónica no meio de uma cacofonia de líderes europeus.

O problema é que a crise da Europa está também entre as causas da crise portuguesa. A ausência de uma voz forte permitiu que se instalasse um ambiente de salve-se quem puder cego à racionalidade solidária. A própria ajuda europeia, assente em muitas exigências *a priori* e muito pouco controle *a posteriori* conduziu a derivas tanto mais graves quanto pouco claros, ou mal enquadrados os objectivos políticos dessa ajuda. Portugal não seria provavelmente o campeão das auto-estradas ou dos estádios de futebol sem a ajuda do FEDER. O investimento público do contribuinte europeu foi levianamente atribuído e largamente esbanjado em investimento não produtivo, sem conteúdo, sem cultura.

O reverso da medalha é que Portugal hoje não tem alternativa senão encontrar em si próprio algum recurso que possa ser de interesse para os nossos parceiros europeus. Qualquer coisa que veicule o que de positivo existe na nossa maneira de fazer as coisas, na nossa forma de valorizar activos inalienáveis : a cultura, o mar, a relação com o outro, e em particular com o mundo lusófono.

Hoje, talvez a solução passe por assumirmos cada um de nós a dimensão política e cultural das nossas actividades, seja em que sector for. Só assim Portugal conseguiu expandir-se e persistir no mundo. E por isso Portugal foi – é – Europa. Somos sempre embaixadores de qualquer coisa que nos escapa. Os portugueses sabem bem que não existem sem o outro, quer em território nacional quer fora dele. Esta simples consciência é de importância estratégica para o País, mas também para uma UE que tende a fechar-se sobre si própria.

A cultura, tem aí um papel fundamental a desempenhar, como modo de ser e de fazer virado para o outro, mas também como forma de dar espessura e conteúdo ao espaço público com o potencial de contribuir para uma sociedade alerta e disponível, apta a compreender e enfrentar a complexidade e os desafios do mundo contemporâneo.